



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25/01/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 03

Estiveram presentes os seguintes membros:

| | | |
|--------------------|--|-------|
| Presidente: | José Alberto Pacheco Brito Dias | (PSD) |
| Vereador: | Jorge Alves Custódio | (PSD) |
| Vereador: | João dos Santos Alves | (PSD) |
| Vereador: | Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé | (PSD) |
| Vereador: | Carlos Manuel Nunes Alegre | (PSD) |

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 25/01/2016

ATA Nº 03

----- Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 11 de janeiro de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que procedeu à 2ª alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2016, no total, a débito e a crédito, de 30.000,00 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 21 de janeiro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.004.489,37 € (Um milhão, quatro mil quatrocentos e oitenta e nove euros e trinta e sete cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 312.535,26 € (trezentos e doze mil quinhentos e trinta e cinco euros e vinte e seis cêntimos), num total de 1.326.629,61 € (Um milhão trezentos e vinte e seis mil seiscentos e vinte e nove euros e sessenta e um cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Associação Nacional de Municípios Portugueses - Quota 2016

----- Foi presente a Informação Interna nº 413, do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- *“O Município de Pampilhosa da Serra recebeu um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses com a referência CIR_82/2015 datado de 18-09-2015, no qual foi informado que segundo os Estatutos da ANMP, o valor da quota para o corrente ano, nos Municípios até 10.000 eleitores, é de 4.227,72 €.*-----

----- *À consideração superior.”* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e transferir para a ANMP o citado valor correspondente à quota do ano 2016.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - INFORMAÇÃO

----- O Senhor Presidente da Câmara informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Constata-se que o contrato de prestação de serviços celebrado entre o Município e o Sr. Consultor Jurídico tem a data de 01 de outubro de 1994, com as alterações aprovadas pela Câmara Municipal em sessão de 15/05/1996. -----

----- Tal contrato renovou-se sucessiva, automática e anualmente, tendo vindo a ser atualizado o valor da prestação mensal referente aos serviços ajustados. -----

----- Em 11 de junho de 2008, a Câmara Municipal, após proposta subscrita pelo prestador de serviços, atualizou e justificou fundamentadamente os valores mensais a pagar, o âmbito e condições dos serviços, tendo sido tal deliberação comunicada por escrito ao prestador de serviços. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O condicionalismo da proposta e adesão feita pela Câmara Municipal evidenciam claramente a natureza muito específica de tais serviços e as razões determinantes e ponderosas da adjudicação àquele prestador de serviços em concreto, apoiado na estrutura do seu escritório, constituído por outros advogados devidamente identificados, designadamente, a Sra Dra Maria Helena Mateus. -----

----- Após essa data e com a aprovação e notificação dessa deliberação, deu-se continuidade ao contrato de prestação de serviços celebrado em 1994, com as atualizações ali fixadas, sendo certo que o valor ajustado para os serviços jurídicos a prestar às Freguesias foi de € 600,00 (seiscentos euros) mensais e só têm vindo a ser pagos e recibados, certamente por lapso, € 500,00 (quinhentos euros) mensais. -----

----- Salientou-se nos considerandos que suportaram a deliberação, a qualidade técnica dos serviços jurídicos prestados, justificando-se plenamente a continuidade do ajuste direto, reconhecendo-se que “difícilmente se encontraria advogado e escritório de advogados, que reunissem os requisitos técnicos, humanos e profissionais” referidos em todos aqueles considerandos da proposta de prorrogação do prazo do contrato e da atualização da avença e fixação de uma verba de €600 (seiscentos euros) a incluir na avença para garantir o apoio jurídico às Juntas de Freguesia. -----

----- Após a data da deliberação (20 de Junho de 2008) o contrato foi-se renovando anualmente até a presente data, sem que nenhuma das partes o tivesse denunciado, não tendo havido qualquer alteração nos valores fixados, apesar dos serviços e da sua complexidade e dos processos judiciais terem aumentado significativamente. -----

----- As informações sobre os processos judiciais pendentes, que têm sido apresentadas à Assembleia Municipal e o êxito alcançado nos processos relativos aos baldios e a outros, não deixam dúvidas sobre o empenho, a competência, o envolvimento e o mérito desse escritório no tratamento dos processos judiciais e a certeza de que a escolha do adjudicatário de tais serviços jurídicos só podia recair sobre a pessoa e escritório em causa. -----

----- Acontece porém, que deu-se conta ultimamente, que após a entrada em vigor do Código da Contratação Pública e das alterações no quadro legal relativas à necessidade de emissão de parecer prévio genérico para aquisição de serviços e sua renovação, não foram cumpridas pelos serviços do Município formalidades que a lei impunha no procedimento de ajuste direto, ao qual se podia e devia recorrer e especialmente na obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal para renovação do contrato de prestação de serviços em causa. -----

----- A Lei do Orçamento de Estado de 2015, aprovada pela Lei nº 82-B/2014 de 31 de Dezembro, no nº 5 do artigo 75º manteve a obrigatoriedade, que já vinha das leis orçamentais anteriores, de obtenção de parecer prévio vinculativo para a celebração ou



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

renovação de Contratos de Aquisição de Serviços, por órgão ou serviço abrangido pelo âmbito da aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações. -----

----- No nº 15 do artigo 75º da Lei do Orçamento de 2015, estabelece-se que nas autarquias locais tal parecer é da Câmara Municipal - órgão executivo- e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010 de 28 de Abril. -----

----- Pelo exposto, e tomando-se consciência agora da existência de tais irregularidades e constatando-se que os serviços jurídicos foram prestados e com mérito reconhecido e pagos com toda a justiça, não podendo qualquer eventual nulidade ou anulabilidade determinar a restituição das verbas pagas, importa, no entanto cumprir a lei e sanar as irregularidades existentes. -----

----- Informei o Sr. Dr. Pedro Pereira Alves e a Sra Dra Maria Helena Mateus do projeto de decisão e sua fundamentação de anular o contrato de prestação de serviços e fazer cessar os seus efeitos imediatos e fui por eles informado que não havia da sua parte qualquer oposição. -----

----- Assim sendo, proponho a anulação de tal contrato de prestação de serviços, com efeitos imediatos, de forma a proceder-se a um novo procedimento de contratação com cumprimento de todas as formalidades legais. -----

----- Mais proponho, que no decurso desse novo procedimento, o Sr. Dr. Pedro Pereira Alves e o seu escritório, através da Sra. Dra Maria Helena Mateus continuem investidos dos poderes forenses que lhe foram conferidos nos vários processos judiciais pendentes, de forma a que não haja prejuízo para o Município com as diligências e prazos em curso nesses processos que se encontram a correr termos em vários tribunais administrativos e comuns. -----

----- Face a exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- 1) A anulação de tal contrato de prestação de serviços, com efeitos imediatos, de forma a proceder-se a um novo procedimento de contratação com cumprimento de todas as formalidades legais; -----

----- 2) Que no decurso desse novo procedimento, o Sr. Dr. Pedro Pereira Alves e o seu escritório, através da Sra. Dra Maria Helena Mateus continuem investidos dos poderes forenses que lhe foram conferidos nos vários processos judiciais pendentes, de forma a que não haja prejuízo para o Município com as diligências e prazos em curso nesses processos que se encontram a correr termos em vários tribunais administrativos e comuns. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA - SECRETARIA

3.1.1 - Cáritas Diocesana de Coimbra

- Pedido de autorização para a realização do Peditório Anual

----- Foi presente um ofício da Cáritas Diocesana de Coimbra, a solicitar a necessária autorização para a realização do Peditório Público, a efetuar à semelhança e nos mesmos moldes dos anos anteriores, nos dias 25, 26, 27 e 28 de Fevereiro de 2016, nas ruas do concelho de Pampilhosa da Serra, integrado na Semana Nacional da Cáritas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Participação de Sinistro Apólice nº AG 63412409 / Sinistrada Maria Palmira Rodrigues Mota / Ginástica Sénior/ 02 de dezembro de 2015.

----- Foi presente uma Informação Interna dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor:

----- “ No passado dia 2 de dezembro, em Dornelas do Zêzere, no decorrer da atividade promovida pelo Município designada por Ginástica Sénior, a Srª Maria Palmira Rodrigues Mota, NIF 138841730, residente em Machial, Freguesia de Dornelas do Zêzere, deste concelho, foi alvo de uma queda, o que originou que tivesse sido alvo de socorro por parte dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra (equipa do INEM) e posterior encaminhamento para o Centro Hospitalar cova da Beira, E.P.E., sito na Covilhã. -----

----- Desta ocorrência a sinistrada procedeu ao pagamento de taxas moderadoras bem como das despesas com medicação no valor total de 27,09 € (vinte e sete euros e nove cêntimos). -----

----- Dado que na apólice de Acidentes Pessoais nº AG 63412409, desde Município que cobre este tipo de sinistros existir uma franquia no valor de 125,00 € (cento e vinte e cinco euros); Deverá a Câmara Municipal pronunciar-se sobre qual o procedimento a tomar para que a Srª Maria Mota possa ser ressarcida do valor pago.-----

----- À Consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise dos elementos e documentos que instruem o processo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade pagar a importância de 27,09 € à Srª Maria Palmira Rodrigues Mota. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

3.2.1 - Proposta do Sr. Presidente da Câmara

Escritura de Justificação Notarial - Prédio Urbano Inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artº nº 2303 - Paços do Concelho

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Tendo em conta que o Município de Pampilhosa da Serra está empenhado na Valorização do seu património, urge proceder à legalização do Edifício denominado "Paços do Concelho", por este representar uma parte significativa do património do Município. -----

----- Assim, considera-se necessário proceder à legalização através de Escritura de Justificação, do prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 2303, com a seguinte descrição: -----

----- - Prédio em propriedade total sem andares nem divisões sus. de utiliz. Independente, destinado a serviços - Paços do Concelho, composto por cave, rés-do-chão e primeiro andar, sito na Rua Rangel de Lima, com a área de 731 m2, a confrontar de Norte com a Av. Dos Bombeiros Voluntários; Sul com a Rua de S. Sebastião; Nascente com Praça do Regionalismo e do Poente com a Rua Rangel de Lima. -----

----- O prédio supra indicado, veio à posse deste Município através de uma compra meramente verbal feita ao Dr. José Tavares Mendes Vaz e ao Dr. José Henriques da Silva, por volta do ano de 1969, ainda como rústico, ao tempo denominado por "Passal", com a mesma área e localização, desconhecendo o artigo da antiga matriz predial rústica, por não ter elementos que permitam fazer essa correspondência. -----

----- Após várias pesquisas efetuadas aos arquivos do Município, bem como junto dos Serviços de Finanças, não foi possível localizar quaisquer documentos comprovativos da transmissão a favor do Município de Pampilhosa da Serra, pelo que, urge invocar a usucapião de forma a legalizar a aquisição do referido prédio. -----

----- Face ao exposto e atento o facto de o prédio urbano com o artigo matricial nº 2303 de Freguesia de Pampilhosa da Serra, já ser propriedade do Município há mais de vinte anos, importa, conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara para, em nome desta, Justificar por Usucapião o direito de propriedade sobre o imóvel supra indicado, assinando a escritura e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara para, em nome desta, Justificar por Usucapião o direito de propriedade sobre o imóvel supra indicado, assinando a escritura e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara

- Suspensão da eficácia da Cláusula 17ª (Cláusula Penal) do Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Considerando que, a atual conjuntura económico-financeira do País está lentamente a recuperar, as pequenas e médias empresas a nível nacional continuam com algumas dificuldades e necessitam de apoio e incentivos para manter os postos de trabalho, evitando o aumento do desemprego. -----

----- Assim, é importante reforçar o investimento empresarial, não se podendo, no entanto, penalizar as empresas em laboração, no sentido de as mesmas criarem riqueza a nível económico, condição essencial para a criação de mais postos de trabalho e gerarem sustentabilidade de por si só, manterem a sua atividade. -----

----- Atendendo a que, a nível económico-financeiro o concelho de Pampilhosa d Serra, está a passar pelas mesmas dificuldades do País, é importante incentivar, apoiar o desenvolvimento das empresas do concelho, para manterem os postos de trabalho criados e permitir que, as mesmas criem mais postos de trabalho, para que a população residente no concelho se mantenha e não se intensifique ainda mais a desertificação, uma vez que o nosso concelho é um dos mais pobres a nível nacional, com uma taxa de desertificação elevada. -----

----- Atenta a realidade sócio económica do concelho, em que a condição financeira das empresas em laboração não cresceu, não permitiu a contratação de novos postos de trabalho e, por vezes levou à dispensa de outros, proponho que à semelhança do que foi deliberado em anos anteriores, se mantenha a suspensão da eficácia da Cláusula 17ª, (Cláusula Penal) do Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o I Pavilhão, sito na Zona Industrial do alto das Aldeias e, consequentemente se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquele documento, com efeitos de 1 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. -----

----- Pelos mesmos motivos, proponho ainda, a suspensão da eficácia da Cláusula 17ª, (Cláusula Penal) do Documento que estabelece as Normas de Utilização e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Arrendamento das Frações que constituem o II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias e consequentemente, se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquele documento, com efeitos a 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. -----

----- Referindo a dita Cláusula 17ª que: -----

----- “1 – Seis meses após a celebração dos respetivos contratos de arrendamento, a Câmara Municipal solicitará aos arrendatários cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores, a fim de, verificar o cumprimento da candidatura apresentada, no que à criação de novos postos de trabalho respeita.” -----

----- 2 – O não cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, para efeitos dos números 1 e 2 da Cláusula Décima Quarta, implicará a aplicação de uma penalização em função dos postos de trabalho não efetivamente criados e constantes da candidatura, tendo em conta o seguinte: -----

----- 2.1 – Por um posto de trabalho não efetivamente criado – aplicação de penalização mensal de 50% sobre o valor inicial da renda mensal. -----

----- 2.2 – Por dois postos de trabalho não efetivamente criados – aplicação de penalização mensal de 60% sobre o resultado do valor referido em 2.1. -----

----- 2.3 – Por três ou mais postos de trabalho não efetivamente criados – aplicação de penalização mensal de 1200% sobre o resultado do valor referido em 2.2. -----

----- 3 – A aplicação das penalizações referidas no nº anterior cessa assim que se verifique o cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, devendo os arrendatários remeter à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores. -----

----- 4 – Para verificação do cumprimento e manutenção da proposta de candidatura, a Câmara Municipal poderá solicitar aos arrendatários, a todo o tempo, quaisquer elementos comprovativos da manutenção da situação jurídico-laboral em causa”. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 – Pedido de Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do requerimento com o Registo de entrada nº 701, datado de 19/01/2016, subscrito pelo Sr. Carlos Alberto Fernandes Carlota, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas “TÁXI SIMÕES & CARLOTA, LDª”, arrendatária, da Fração A do I



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, celebrado em 1 de Agosto de 2008, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----

"Cláusula Terceira

Duração do Arrendamento

----- O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos". -----

----- *Pelo que, a arrendatária em questão cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir a renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2016.* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido de renovação do arrendamento em apreço, por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2016. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - URBANISMO, OBRAS PARTICULARES, LOTEAMENTOS

4.1.1 - INF - Águas Balneares | Candidatura Bandeira Azul.

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Urbanismo, Obras Particulares, Loteamentos, do seguinte teor: -----

----- *"Conforme é do conhecimento de V. Exas., encontram-se abertas as candidaturas das Praias, Portos de Recreio e Marinas ao Programa Bandeira Azul 2016 que este ano é subordinado ao tema "30 Anos, 30 Critérios, um objetivo."* -----

----- O prazo limite de candidatura dos promotores é o dia 29 de Janeiro de 2016. -----

----- Tendo o município demonstrado interesse em promover as suas águas balneares (conforme proposta provisória de classificação das águas balneares, costeiras e interiores, a identificar em 2016) de Santa Luzia, Pessegueiro e de Pampilhosa da Serra com classificação de excelentes, a presente informação visa esclarecer as condições de adesão. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- De acordo com o guia de interpretação dos critérios Bandeira Azul para as Praias, "O Programa Bandeira Azul para praias e marinas é desenvolvido pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE), uma organização não-governamental e sem fins lucrativos. Este Programa, anteriormente designado de Campanha Bandeira Azul teve início em França, em 1985, e tem sido desenvolvido na Europa desde 1987. A partir de 2001 foi alargado a outros continentes. Atualmente a Bandeira Azul é reconhecidamente um Programa com um número crescente de países aderentes.-----

----- O Programa tem como fundamento promover o desenvolvimento sustentável em áreas costeiras, fluviais e lacustres a partir do desafio aos responsáveis e gestores de praias locais para alcançar padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, serviços e segurança. O objetivo é tornar possível a coexistência do desenvolvimento do turismo a par do respeito pelo ambiente local, regional e nacional. A longa existência do Programa demonstra que é considerado e reconhecido como um eco-label para operadores turísticos, decisores e público em geral."-----

----- Os Critérios Bandeira Azul para as praias deverão ser entendidos como mínimos, visto que, depois de prévia aprovação do Conselho Consultivo da FEE, os Programas Nacionais poderão ser mais exigentes no cumprimento dos critérios. Os critérios podem ser consultados no portal da ABAE e/ou na documentação de candidatura.-----

----- Bandeira Azul_ Regulamento (breve caracterização)-----

----- "O REGULAMENTO define as regras de candidatura, análise e atribuição da BANDEIRA AZUL às PRAIAS, PORTOS DE RECREIO e MARINAS bem como da verificação do cumprimento dos critérios do PROGRAMA Bandeira Azul e da aplicação de sanções pelo seu incumprimento.-----

----- A apresentação do processo de candidatura de uma PRAIA à atribuição de uma BANDEIRA AZUL, implica a aceitação e vinculação automática às regras definidas por este REGULAMENTO e seus ANEXOS, e às demais disposições ou determinações do OPERADOR NACIONAL, do COORDENADOR INTERNACIONAL ou do JÚRI INTERNACIONAL, que em cada momento sejam aplicáveis ao PROGRAMA.-----

...."

----- Bandeira Azul -----

1. A BANDEIRA AZUL é um certificado de qualidade ambiental que distingue o esforço de diversas entidades, no sentido da melhoria do ambiente marinho, costeiro, fluvial e lacustre e implica o cumprimento de diversos critérios nas áreas de educação ambiental e informação, gestão e segurança, qualidade da água e meio costeiro. -----
2. A BANDEIRA AZUL pode ser atribuída a PRAIAS, PORTOS DE RECREIO, MARINAS e EMBARCAÇÕES.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3. Cada BANDEIRA AZUL é atribuída a uma PRAIA determinada e durante uma ÉPOCA a que respeita, mediante o preenchimento e verificação de determinadas condições e requisitos mínimos.-----
 4. A BANDEIRA AZUL é atribuída pelo JÚRI INTERNACIONAL através do OPERADOR NACIONAL e é concedida ao MUNICIPIO, PORTO DE RECREIO/MARINA onde se situa a Praia, Porto de Recreio ou Marina galardoada.-----
 5. A atribuição da BANDEIRA AZUL confere um direito precário e temporário de uso do galardão na Praia, Porto de Recreio ou Marina e ÉPOCA a que respeita, estando a sua concessão e manutenção condicionada ao cumprimento e verificação das regras e preceitos deste REGULAMENTO e das demais disposições aplicáveis nele referidas.-----
- ..." (consultar regulamento integral no site www.abae.pt).-----
- Do processo de candidatura 2016: (Regulamento-anexo III processo de candidatura)-----
- A candidatura é individual para cada praia e é efetuada na Plataforma eletrónica, disponível no sítio da Associação Bandeira Azul da Europa, (ABAE www.abae.pt) no separador do Programa Bandeira Azul mediante um registo inicial (login) que funcionará para todas as entidades.-----
- A documentação obrigatória, a apresentar de cumprimento de critérios e demais documentação, carece de assinaturas. Todos os documentos que implicam assinatura de responsáveis deverão ser digitalizados e anexados (upload) na candidatura.-----
- A candidatura ao Programa Bandeira Azul 2016, de acordo com o "Regulamento Anexo IV serviço de candidatura", implica o pagamento dos valores nele referido: (ver anexo IV)-----
- "Não Sócios -----
- DESCRIÇÃO -----
- VALOR p/ unidade -----
- SERVIÇO DE CANDIDATURA AO GALARDÃO POR PRAIA (inclui uma BA 150x225) - 400 €** -----
- **Nota 2:** Solicita-se que na eventualidade de ser necessária, uma requisição anterior à data da fatura, de qualquer um dos serviços prestados pela ABAE/FEE Portugal, seja enviada juntamente com a candidatura, pois assim que a candidatura dá entrada na Coordenação Nacional é elaborada a proposta/orçamento correspondente e posteriormente a fatura."-----
- A duração da época balnear para cada água balnear (Pampilhosa da Serra; Pessegueiro e Santa Luzia) é a compreendida entre 01 de julho de 2016 e 31 de agosto de 2016, de acordo com a informação enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, aguardando-se a confirmação da aceitação e respetiva publicação em portaria.-----
- Data do procedimento de candidatura:-----
- Submissão da candidatura e processo de avaliação 2016: -----
- 1ª fase (nível nacional)-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- Candidatura na Plataforma para Promotores: até 29 de Janeiro -----
- Documentos de candidatura:-----
- **Regulamento do Programa Bandeira Azul (e respetivos anexos)** -----
- Anexo I – Critérios: praias e marinas -----
- Anexo II – Júri e Estrutura de funcionamento do PBA -----
- Anexo III – Processo de candidatura -----
- Anexo IV – Valor do Serviço de Candidatura -----
- Anexo V – Procedimentos Orientadores para as visitas de controlo -----
- Anexo VI - Declaração para as Praias -----
- **Guias de cumprimento dos critérios** -----
- Guia dos critérios das praias e marinas -----
- Guia de Atividades de Educação Ambiental -----
- Assim e concordando, o teor da presente informação deve ser cabimentado pelos serviços de contabilidade e a informação submetida e aprovada em reunião de câmara com vista à efetiva realização das candidaturas.-----
- À consideração superior.” -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 – SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

4.2.1 - Prestação de serviços de Consultadoria Jurídica e Advocacia Alteração Pedido de parecer prévio vinculativo

- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
- “Na sequência da necessidade de ser contratada a prestação de serviço em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:-----
- I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo -----
- A. A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, ou cujo objeto seja a consultadoria técnica, e independentemente da natureza da contraparte, por parte das autarquias locais, carecem de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, conforme resulta da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, mais concretamente do disposto no n.º 12 do seu artigo 75.º, conjugado com o disposto no Decreto lei nº253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- B. O n.º 12 do seu artigo 75.º da Lei OE 2015 prevê que aquele parecer é da competência do órgão executivo da autarquia local, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que corresponde à portaria prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28 de abril, n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e n.º 80/2013, de 28 de novembro; -----
- C. Nas autarquias locais, a emissão do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 3º da Portaria nº149/2015 de 26/05; -----
- D. Para efeitos de emissão do referido parecer prévio é necessário observar o disposto no nº2 do artigo 3.º da referida portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, ou seja: -----
- a. Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico; -----
 - b. Verificação da existência de cabimento orçamental; -----
 - c. Verificação da inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----
 - d. Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.os 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; -----
 - e. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo. -----

II – Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

Considerando: -----

- 1) Que o objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços designado por “Prestação de serviços de Consultadoria Jurídica e Advocacia”; -----
- 2) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----
- 3) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recurso a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado ; -----

- 4) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----*
- 5) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----*
- 6) Que o valor base estimado é de 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----*
- 7) Que será consultada a seguinte entidade: -----*
 - a) Pedro Pereira Alves, Pedro Jorge Alves e Helena Mateus, Sociedade de Advogados, RL, com sede em Av. Das Forças Armadas, Edifício Argogest, 1º andar, apartado 70, 3300-011 Arganil; -----*
- 8) Que o valor base da prestação de serviços é de 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14; -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

9) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----

III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto, designadamente, no n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, e n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, conjugado com o disposto no Decreto lei nº253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, e nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe.-----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto, designadamente, no n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, e n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, conjugado com o disposto no Decreto lei nº253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, e nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 - Projeto de Reconversão do Mercado Municipal de Pampilhosa da Serra_Alteração_Pedido de parecer prévio vinculativo

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- Na sequência da necessidade de ser contratada a prestação de serviço em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo -----

E. A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, ou cujo objeto seja a consultadoria técnica, e independentemente da natureza da contraparte, por parte das autarquias locais,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

carecem de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, conforme resulta da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, mais concretamente do disposto no n.º 12 do seu artigo 75.º, conjugado com o disposto no Decreto lei nº253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016; -----

- F. O n.º 12 do seu artigo 75.º da Lei OE 2015 prevê que aquele parecer é da competência do órgão executivo da autarquia local, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que corresponde à portaria prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28 de abril, nº 66/2012, de 31 de dezembro, e n.º 80/2013, de 28 de novembro; -----*
- G. Nas autarquias locais, a emissão do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º1 do artigo 3º da Portaria nº149/2015 de 26/05; -----*
- H. Para efeitos de emissão do referido parecer prévio é necessário observar o disposto no nº2 do artigo 3.º da referida portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, ou seja: -----*
- a. Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico; -----*
 - b. Verificação da existência de cabimento orçamental;-----*
 - c. Verificação da inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----*
 - d. Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.os 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;-----*
 - e. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo.-----*

II – Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----
Considerando: -----

- 10) Que o objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços de arquitetura e engenharia, designado por “Projeto de Reconversão do Mercado Municipal de Pampilhosa da Serra_Alteração”;-----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- 11) *Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;-----*
- 12) *A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recursos a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado ; -----*
- 13) *Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----*
- 14) *Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----*
- 15) *Que o valor base estimado é de 18.750,00 € (dezoito mil, setecentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----*
- 16) *Que será consultada a seguinte entidade, já que se trata de uma alteração a um projeto e como tal a referida entidade é detentora de direitos de autor:-----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

b) AAPB Consulting, com sede em Rua General Humberto Delgado, 18A, 3200-242 LOUSÃ; -----

17) Que o valor base da prestação de serviços é de 18.750,00 € (dezoito mil, setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14;-----

18) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.-----

III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto, designadamente, no n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, e n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, conjugado com o disposto no Decreto lei nº253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, e nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe.-----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto, designadamente, no n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, e n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, conjugado com o disposto no Decreto lei nº253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, e nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.3 - Empreitada: Construção de Edifício de Armazéns_Z.I. de Pampilhosa da Serra

- Assunto: Anomalias de Construção_Reparação

- Adjudicatário: Argoconstrutora, Construção Civil, Lda



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
----- “ Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Construção de Edifício de Armazéns_Z.I. de Pampilhosa da Serra”, a firma Argoconstrutora, Construção Civil, Lda, apresentou em 05 de novembro de 2015 mais uma exposição onde refere que não tem reunidas as condições necessárias para efetuar as reparações comunicadas em 05/02/2015, 17/03/2015, 01/07/2015 e 07/09/2015. -----

----- De igual modo se constata que ocorreu uma reunião em 05/11/2015 onde o gerente da empresa, Sr. Salvador referiu que não tinha condições para efetuar as reparações no imediato. -----

----- A extensão das anomalias existentes e já reportadas, tem vindo a aumentar, nomeadamente as verificadas no revestimento de chapa das paredes exteriores. -----

----- É imperioso que se proceda à reparação / substituição dos painéis que apresentam anomalias sendo que deverá ser garantida a uniformidade da cor. -----

----- A existência de anomalias em nada dignifica a imagem do Município e faz com que o(s) arrendatário(s) tenham razão para reclamar. -----

----- Pelos motivos atrás referidos e pelo facto da empresa Argoconstrutora, Lda, de forma sistemática e reiterada argumentar que não reúne condições para efetuar as reparações e/ou correções das anomalias, julga-se que deverá ser acionada a caução da obra de modo a executar as citadas reparações. -----

----- Contudo, deverá ser garantido o direito de audiência e pronúncia bem como de cumprimento voluntário da reparação. -----

----- Nestes termos, proponho que seja deliberado ser intenção do Município proceder ao acionamento da caução, caso a empresa Argoconstrutora, Lda não efetue as reparações no prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação da deliberação. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao acionamento da caução, caso a empresa Argoconstrutora, Lda não efetue as reparações no prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação da deliberação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - CULTURA

5.1.1 - Apoio à mensalidade de alunos residentes na Residência de Estudantes



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Cultura, do seguinte teor: -----
 ----- “ No seguimento da nossa informação interna nº 152, datada de 08/01/2016 e no âmbito da aprovação em Reunião de Câmara do dia 11/01/2016, venho pela presente remeter os cálculos efetuados referentes à comparticipação do Município nas mensalidades dos alunos que frequentam a Residência de Estudantes no ano de 2015/2016. -----

| Nome | Escalão | Valor total | Valor a pagar pela família | Valor a pagar pelo Município |
|-------------------------------|-----------|---------------------|----------------------------|------------------------------|
| Daniel Filipe Neves Rodrigues | S/escalão | 209,61 € | 146,73 € | 62,88 € |
| David Antunes Gonçalves | B/2º | 83,84 € | 20,96 € | 62,88 € |
| Paulo Jorge Oliveira e Costa | A/1º | 41,92 € | 8,38 € | 33,54 € |
| TOTAL | | 335,37 €/mês | 176,07 €/mês | 159,30 €/mês |

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2 - ACÇÃO SOCIAL

5.2.1 - Atribuição de Apoio à Natalidade – Renovação das Normas

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “No seguimento do apoio que este Município tem dado a todas as crianças nascidas neste Concelho desde o ano 2008 e tendo em conta a aprovação da continuidade do referido apoio por mais um ano (01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015), na reunião de Câmara de 12/01/2015, venho por este meio propor a continuidade do referido apoio, renovando assim as referidas Normas para o ano de 2016, com aplicação entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016. -----

----- Em anexo, as Normas para Atribuição de Apoio à Natalidade.” -----
 ----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2.2 – Apoio para recuperação habitacional



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"Tendo em conta a sinalização de uma situação habitacional em elevado estado de degradação e em risco de ruir, conforme relatório social anexo elaborado pela Técnica de Serviço Social, que acompanha o munícipe, José Mário Dias Martins de Almeida, propõe-se um apoio económico no valor de 2500 €, no sentido de apoiar a recuperação habitacional, sendo que o valor total da obra se situa em 6.155,54 €, os quais serão repartidos por um sobrinho, Junta de Freguesia de Pessegueiro e Liga de Melhoramentos. À consideração superior."*-----

----- Face ao exposto e após análise, e tendo em consideração o artigo 6º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, a Câmara Municipal, a título excecional, deliberou por unanimidade, comparticipar em 2.500 € (dois mil e quinhentos euros) em numerário, as obras a que se refere a Informação Social, uma vez que o munícipe não possui conta bancária em nenhuma das instituições sedeadas no concelho. A acrescer que o cidadão não possui qualquer grau de escolaridade mínima obrigatória, nem sabe assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- Nos termos do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a reunião foi pública, de acordo com o preceituado no artigo acima referenciado, não tendo estado presente qualquer munícipe. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----


